

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") têm como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui vinte empresas, incluindo a Estácio Participações, sendo dezoito mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada, e reúne uma Universidade, nove Centros Universitários e trinta e sete faculdades, distribuídas em vinte e três estados do país e no Distrito Federal.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 8 de março de 2016, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: perda (*impairment*) do ágio, transações com pagamentos baseados em ações, ajuste a valor presente do contas a receber, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e vida útil dos ativos (Nota 2.24).

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 26 (R1) /IAS 01 - "Demonstrações Financeiras". Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 26 (R1) /IAS 01, a Companhia também adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e tiveram impactos para o Grupo.

- (a) **CPC 33 / IAS 19 – Benefícios a empregados:** as alterações permitem que as contribuições de empregados e de terceiros, quando requeridas em plano de benefícios definidos, sejam reconhecidas como uma redução de custo dos serviços do ano sujeito a determinadas condições. O objetivo da alteração é simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado, como, por exemplo, as contribuições dos trabalhadores que são calculadas com base em um percentual fixo do salário.
- (b) **Revisão de Pronunciamentos Técnicos no. 06/ Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2010-2012 e 2011-2013 :**
 - (i) **CPC 15/IFRS 3 – Combinação de negócios:** foi eliminado o conflito entre as normas de instrumentos financeiros e combinação de negócios; esclarecido que o pagamento contingente é um passivo financeiro ou um instrumentos de patrimônio e que a sua remensuração deve ser a valor justo, quando não for instrumento patrimonial. Além disso, eliminou a referência para outros pronunciamentos, como IAS 37, para remensuração do pagamento contingente e fez esclarecimentos sobre exceções no escopo da norma.
 - (ii) **CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de valor justo:** esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS9.
 - (iii) **CPC 05/IAS 24 - Partes relacionadas:** esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) **CPC 22/IFRS 8 – Informações por segmento:** aprimora os critérios de divulgação dos segmentos operacionais e orienta para a reconciliação entre o total de ativos reportados nos segmentos e o total de ativos da entidade.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 não são relevantes para o Grupo.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Direta - %	
	2015	2014
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100	100
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100	100
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	100	100
Estácio Editora ("EDITORA")	100	100
União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB")	100	100
	Indireta - %	
	2015	2014
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100	100
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	100	100
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100	100
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	100	100
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	100	100
Unisãoluis Educacional S.A. ("UNISÃOLUIS")	100	100
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")	100	100
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	100	100
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	100	100
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")	100	100
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")	100	100
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicel Ltda. ("LITERATUS")	100	100
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")	100	100
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")	100	
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")	100	

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

2.3 Combinação de negócios

As aquisições e compromissos de compra realizados em 2014 e 2015 estão resumidos a seguir:

(i) Grupo UNISEB (UNISEB Holding e União dos Cursos Superiores SEB Ltda.)

Em 1º de julho de 2014, a Estácio Participações S.A. adquiriu a totalidade das ações da UNISEB Holding, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, controladora da UNISEB - União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB Operacional"). O valor da transação foi de R\$ 850.672 pagos da seguinte forma: R\$ 308 milhões, referente à metade do valor inicial da transação, foi pago em dinheiro, ajustado em 0,052 de acordo com a variação do índice de preços IGP-M apresentando o valor de R\$ 324.850 milhões, os R\$ 308 milhões pagos em ações da Estácio, tiveram uma variação nas ações da Estácio, passando de R\$ 17 para R\$ 29, o que modificou o valor de parcela para R\$ 522,204 milhões e o restante de R\$ 3,6 milhões de investimento, dívida e outras linhas previstas no contrato de compra e venda.

A UNISEB Operacional fundada em 1999, possuía cerca de 38 mil alunos distribuídos em um portfólio de 23 cursos presenciais, 19 cursos a distância, 33 programas de pós graduação, 15 de

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pós graduação/MBA em parceria com a FGV e 107 programas de extensão, sendo este último, online. Recebeu o selo OAB, em 2010, para o curso de Direito. A Empresa possui mais de 78 cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica nas áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas. Também possui cursos de pós-graduação lato sensu, cursos de mestrado e de doutorado.

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	UNISEB Holding
Valor da aquisição	
Caixa	328.468
Instrumentos patrimoniais emitidos (17.853.127 ações ordinárias)	<u>522.204</u>
Total da Contraprestação	<u>850.672</u>
Ativos líquidos identificáveis adquiridos	(27.913)
Ágio	<u>822.759</u>
Alocação do ágio	
Marca	19.611
Licença de operação	621
Carteira de alunos	58.654
IR CS Diferidos	(26.821)
Goodwill	<u>770.694</u>
	<u>822.759</u>
	UNISEB Holding
Investimento na UNISEB "Operacional"	19.172
Ágio	9.371
Contas a pagar	<u>(630)</u>
Ativos líquidos adquiridos a valor contábil	<u>27.913</u>

O valor justo das 17.853.127 ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação paga para a aquisição da UNISEB Holding (R\$ 522.204) baseou-se no preço da ação publicado em 30 de junho de 2014.

Em 1º de julho de 2014 foi incorporado pela Companhia o patrimônio líquido da Uniseb Holding S.A., mantenedora da União dos Cursos Superiores SEB Ltda. (UNISEB "Operacional"), avaliado pelo valor contábil na data da incorporação. Em decorrência da incorporação, a Empresa incorporada foi extinta e sucedida pela Estácio Participações S.A. em todos seus direito, bens e obrigações.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Instituto de Estudos Superiores da Amazônia Ltda. ("IESAM")

Em 1º de julho de 2014, a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual Da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia Ltda. ("IESAM") pelo montante de R\$ 80.000, que diminuído do endividamento líquido da Sociedade na data de fechamento declarado pelos vendedores, no valor de R\$ 27.379, perfaz o montante de R\$ 52.621. Parte desse valor, no montante de R\$ 36.429, foi pago em caixa e o saldo remanescente será liquidado em seis parcelas até 01 de julho de 2019, corrigidos pela variação do IPC-A.

O IESAM foi fundado em 2000 e possuía na data de sua aquisição aproximadamente 4.500 alunos, 15.440 vagas totais e 130 professores alocados em 01 campus, contando em seu portfólio 23 cursos superiores e 18 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres. Em 2012, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Índice Geral de Cursos (IGC) 3, numa escala de 1 a 5.

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	IESAM
Valor da aquisição	
Caixa	36.429
Compromissos a pagar	16.192
Total da Contraprestação	52.621
Ativos líquidos identificáveis adquiridos	(11.696)
Ágio	40.925
Alocação do ágio	
Mais valia ¹	13.216
Marca	4.346
Licença de operação	621
Carteira de Alunos	3.223
IR CS Diferidos	(7.278)
Goodwill	26.797
	40.925
	IESAM
Caixa e equivalentes de caixa	125
Clientes	147
Despesas antecipadas	46
Depósitos judiciais	139
Imobilizado	38.439
Empréstimos e financiamentos	(15.218)
Fornecedores	(177)
Obrigações trabalhistas	(1.519)
Obrigações tributárias	(525)
Parcelamentos	(8.831)
Provisões	(930)
Ativos líquidos adquiridos a valor contábil	11.696

¹ Valor referente à mais valia do imóvel adquirido determinado pela diferença entre o valor justo do imóvel e seu valor contábil.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unicel Ltda. ("LITERATUS")

Em 7 de agosto de 2014, a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas do Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional UNICEL Ltda. ("LITERATUS") pelo montante de R\$ 48.000, que diminuído do endividamento líquido da Sociedade na data de fechamento declarado pelos vendedores, no valor de R\$ 26.177, acrescido de uma parcela condicional de R\$ 1.000 perfaz o montante de R\$ 22.822. Parte deste valor, no montante de R\$ 15.651, foi pago em caixa e o saldo remanescente a ser pago em cinco parcelas até 07 de agosto de 2019, corrigidos pela variação da IPC-A.

A LITERATUS foi fundada em 2007, possuía na data de sua aquisição aproximadamente 4.800 alunos alocados em 02 campi e 14.170 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 22 cursos superiores e 25 de pós-graduação. A aquisição significa a entrada da Companhia na capital amazonense e possibilitará a expansão das operações na região norte do país, através de um dos seus principais mercados.

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	<u>LITERATUS</u>
Valor da aquisição	
Caixa	15.651
Compromissos a pagar	<u>7.171</u>
Total da Contraprestação	<u>22.822</u>
Passivo líquido assumido a valor contábil	7.368
Ágio	<u>30.190</u>
Alocação do ágio	
Marca	3.179
Licença de operação	600
Carteira de alunos	2.246
IR CS Diferidos	(2.049)
Goodwill	<u>26.214</u>
	<u>30.190</u>
	<u>LITERATUS</u>
Caixa e equivalentes de caixa	106
Clientes	300
Imobilizado	27.413
Empréstimos e financiamentos	(16.970)
Fornecedores	(3.441)
Obrigações trabalhistas	(2.011)
Obrigações tributárias	(1.161)
Parcelamentos	(10.066)
Provisões	(1.191)
Outras obrigações	<u>(347)</u>
Passivo líquido assumido a valor contábil	<u>(7.368)</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Centro de Ensino Unificado de Teresina (“CEUT”)

Em 18 de novembro de 2014, a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. (“ATUAL”), a totalidade das quotas do Centro de Ensino Unificado de Teresina (“CEUT”) pelo montante de R\$ 33.000, que diminuído do endividamento líquido da Sociedade na data de fechamento declarado pelos vendedores, no valor de R\$ 10.617, perfaz o montante de R\$ 22.383, pagos da seguinte forma: R\$ 14.549 em caixa e R\$ 7.834 em 11 parcelas até 18 de novembro de 2019, corrigidos pela IPC-A.

O CEUT foi fundado em 1994, possuía na data de sua aquisição aproximadamente 3.700 alunos alocados em um campus e 7.080 vagas totais autorizadas (sendo 2.250 vagas apenas do curso de Direito), contando em seu portfólio com 12 cursos superiores, dois destes recentemente autorizados e ainda em fase de maturação, e 29 cursos de pós graduação. Em 2012, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Índice Geral de Cursos (IGC) 3, numa escala de 1 a 5.

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	CEUT
Valor da aquisição	
Caixa	14.549
Compromissos a pagar	7.834
Total da Contraprestação	22.383
Passivo líquido assumido a valor contábil	10.385
Ágio	32.768
Alocação do ágio	
Marca	2.942
Licença de operação	401
Carteira de alunos	4.536
IR CS Diferidos	(2.679)
Goodwill	27.568
	32.768
	CEUT
Caixa e equivalentes de caixa	
Clientes	1.157
Outros créditos	410
Despesas antecipadas	8
Impostos e contribuições	1.057
Imobilizado	724
Empréstimos e financiamentos	(6.366)
Fornecedores	(269)
Obrigações trabalhistas	(3.119)
Obrigações tributárias	(392)
Parcelamentos	(595)
Contingências	(3.000)
Passivo líquido assumido a valor contábil	(10.385)

As aquisições e compromissos de compra realizados no ano de 2015 estão resumidos a seguir:

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Faculdade Nossa Cidade (FNC)

Em 3 de setembro de 2015, a Estácio adquiriu, através da sua controladora indireta Sociedade Educacional Atual Da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das ações do Centro Educacional Nossa Cidade Ltda., pelo montante de R\$ 90.000, que diminuído do endividamento líquido da Sociedade na data de fechamento declarado pelos vendedores, no valor de R\$ 13.790, perfaz o montante de R\$ 76.210, a ser pago da seguinte forma: R\$ 38.807 na data do fechamento da operação com recursos financeiros e o saldo remanescente amortizado em até 42 (quarenta e dois) meses, a contar da data do fechamento da operação. A transação não inclui a compra de imóvel.

A FNC, fundada em 2005, possui aproximadamente 8.700 alunos, 16.580 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 24 cursos superiores em fase de maturação e 11 de pós-graduação, além de cursos técnicos. Em 2013, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Índice Geral de Cursos (IGC) 3, numa escala de 1 a 5. A aquisição visa ampliar a capilaridade da Estácio no ensino superior no Estado de São Paulo, agregando um portfólio de cursos que cobre todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, entre os quais destacam-se os cursos de Direito, Engenharias e Arquitetura, Saúde, Licenciaturas, Gestão e Tecnólogos.

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	FNC
Valor da aquisição	
Caixa	38.807
Compromissos a pagar	37.403
Total da Contraprestação	76.210
Passivo líquido assumido a valor contábil	8.762
Ágio	84.972
Alocação do ágio	
Marca	8.226
Licença de operação	896
Carteira de alunos	10.463
IR CS Diferidos	(6.659)
Goodwill	72.046
	84.972

	FNC
Caixa e equivalentes de caixa	1.108
Clientes	2.733
Créditos diversos	944
Impostos e Contribuições	52
Imobilizado	3.008
Intangível	32
Empréstimos e financiamentos	(8.185)
Fornecedores	(3.648)
Obrigações trabalhistas	(1.646)
Obrigações tributárias	(1.652)
Outras Obrigações	(1.508)
Passivo líquido assumido a valor contábil	(8.762)

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. (FCAT)

Em 17 de novembro de 2015, a Estácio adquiriu, através da sua controladora indireta Sociedade Educacional Atual Da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas da Faculdades Integradas de Castanhal Ltda., pelo montante de R\$ 26.000, que diminuído do endividamento líquido da Sociedade na data de fechamento declarado pelos vendedores, no valor de R\$ 5.974, acrescido de uma parcela condicional de R\$ 2.000, devido ao reconhecimento do curso de engenharia civil que fora outorgado, perfaz o montante de R\$ 22.026, a ser pago da seguinte forma: R\$ 12.926 em recursos financeiros, pagos à vista e o saldo remanescente através de 1 (uma) parcela no valor de R\$ 3.900 a ser paga em 17 de maio de 2016 e mais 04 (quatro) parcelas anuais no valor de R\$ 1.300 a serem pagas a partir 17 de novembro de 2016. A transação não inclui a compra de imóvel.

A FCAT, fundada em 2007, possui aproximadamente 2.700 alunos, 9.225 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 12 cursos superiores e 24 de pós-graduação, além de cursos de extensão. Em 2013, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Conceito Institucional (CI) 4, numa escala de 1 a 5. A consolidação das atividades no estado do Pará, possibilitará a expansão da Companhia em um mercado em que já atua, tornando-se, assim, a maior instituição de ensino superior privado do Pará na modalidade presencial. Além disso, complementa a oferta de um portfólio de cursos que já cobria todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, com enfoque especial para cursos da área de direito, saúde e gestão. Por fim, a operação na cidade permitirá a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala.

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	FCAT
Valor da aquisição	
Caixa	12.926
Compromissos a pagar	9.100
Total da Contraprestação	22.026
Passivo líquido assumido a valor contábil	5.624
Ágio	27.650
Alocação do ágio	
Marca	3.637
Licença de operação	515
Carteira de alunos	5.087
IR CS Diferidos	(3.141)
Goodwill	21.552
	27.650
	FCAT
Caixa e equivalentes de caixa	316
Clientes	1.076
Créditos diversos	272
Imobilizado	2.081
Intangível	7
Empréstimos e financiamentos	(24)
Fornecedores	(273)
Obrigações trabalhistas	(2.608)
Obrigações tributárias	(1.934)
Parcelamentos	(1.314)
Passivo fiscal diferido	(3.177)
Contingências	(46)
Passivo líquido assumido a valor contábil	(5.624)

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.6 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

- títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado;
- títulos mantidos até o vencimento - são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado; e
- títulos disponíveis para venda - são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do exercício quando da liquidação do título.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

2.7 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.8 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.9 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

2.11 Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio

(b.1) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(b.2) Marca

A Marca registrada representa um ativo intangível de vida definida, dado que é um ativo não monetário identificável, mensurável e sem substância física. É calculada utilizando a taxa média para empresas de ensino obtida junto a *Royalty Source*. A amortização é calculada com base na estratégia da companhia em relação ao tempo de manutenção da marca da empresa adquirida até a mudança total para a marca “Estácio”.

(b.3) Licença de operação

O valor justo da Licença de Operação existente é determinado com base na abordagem de custo. O valor é derivado das despesas correntes para adquirir a mesma, que incluem: as taxas do MEC, elaboração de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e PPC (Projeto Pedagógico de Cursos), aluguel antes do início da operação e custos diversos com professores para visitas, viagens, refeições, transporte e etc. A amortização é calculada com base no período de credenciamento das instituições de ensino, que é realizado de três em três anos.

(b.4) Mais valia de ativos

Determinado pela diferença entre a soma do valor justo dos ativos líquidos identificáveis (determinado com base no CPC 15 – Combinação de negócios) e o valor contábil do ativo adquirido.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.12 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do *ágio* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o *ágio* é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de *ágio* reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados de acordo com o prazo do contrato de arrendamento. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.16 Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino do Grupo estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.17 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 e fevereiro de 2007:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS").
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano). Em 2012, a Companhia passou a arcar com 100% da cota patronal do INSS.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores e paga a contraprestação com instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia reconheceu a criação de um Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutário ("ILP"), conforme contemplado na remuneração global anual dos Administradores da Companhia..

2.20 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.21 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 22)

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.22 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.24 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

(i) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	Em percentuais	
	2015	2014
Margem bruta média (i)	41,5	41,5
Taxa de crescimento (ii)	5	5
Taxa de desconto (iii)	15,0	13,5

(i) Margem bruta orçada média.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 16% ao invés de 15%), o Grupo também não teria reconhecido nenhuma perda (*impairment*) do ágio.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 21(b).

O Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP" tem como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependerá do valor de mercado de suas ações. A remuneração, no âmbito do presente Programa, será paga em 4 (quatro) parcelas anuais, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá cada pagamento. As características e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos do programa são divulgados na Nota 21(c).

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iv) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

2.25 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.26 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.27 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e ativos ou passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(d) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.28 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.29 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- . IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- . IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos	429	249	48.410	48.011
Caixa e equivalentes de caixa	429	249	48.410	48.011
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	55.938	21.786	83.325	52.997
Fundos de Investimento	57.355	210.776	176.182	232.930
Operações Compromissadas	310.757	208.433	385.843	381.143
Títulos e valores mobiliários	424.050	440.995	645.350	667.070

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxa média de 100,9% em 31 de dezembro de 2015 (100,9% em 31 de dezembro de 2014).

As Operações Compromissadas, lastreadas por debêntures de emissores de primeira linha, estão registradas ao seu valor justo, remuneradas pelo CDI com taxa média de 100,7% em 31 de dezembro de 2015 (102,1% em 31 de dezembro de 2014).

A aplicação em fundo exclusivo é lastreada por alocações financeiras em cotas de fundos de crédito privado, CDBs e operações compromissadas de bancos e emissores de primeira linha.

A Companhia possui uma Política de Investimentos e Derivativos financeiros que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2015 as operações são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com exceção dos títulos públicos, que são indexados a Selic e taxas pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

4 Contas a receber

	Consolidado	
	2015	2014
Mensalidades de alunos	440.996	326.965
FIES (a)	771.951	234.811
Convênios e Permutas	13.748	26.985
Cartões a receber (b)	34.941	30.824
Acordos a receber	66.473	38.715
	1.328.109	658.300
Valores a identificar	(2.187)	(6.807)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(128.342)	(114.998)
(-) Ajuste a valor presente (a)	(28.114)	
	1.169.466	536.495

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2015	%	2014	%
FIES	771.951	58	234.811	36
A vencer	60.436	5	79.697	12
Vencidas até 30 dias	84.524	6	51.587	8
Vencidas de 31 a 60 dias	81.803	6	55.780	8
Vencidas de 61 a 90 dias	80.261	6	45.704	7
Vencidas de 91 a 179 dias	120.791	9	75.723	12
Vencidas a mais de 180 dias	128.343	10	114.998	17
	1.328.109	100	658.300	100

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2015	%	2014	%
A vencer	36.719	55	15.030	39
Vencidas até 30 dias	5.224	8	4.231	11
Vencidas de 31 a 60 dias	3.839	6	2.759	7
Vencidas de 61 a 90 dias	2.908	4	2.280	6
Vencidas de 91 a 179 dias	7.238	11	5.877	15
Vencidas a mais de 180 dias	10.545	16	8.538	22
	66.473	100	38.715	100

- (a) As contas a receber do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros, no decorrer do ano de 2015, repassados quatro vezes ao ano pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. O saldo deste contas a receber apresentou crescimento de 329% em 31 de dezembro de 2015 quando comparado a 31 de dezembro de 2014, explicado pelo aumento da base de alunos FIES e pela postergação dos repasses pelo governo federal a partir do fim de 2014, o que atrasou o giro de recebimentos do Grupo.

Conforme descrito na nota 30, o saldo a receber do FIES será recebido em 3 parcelas anuais corrigidos pela variação do IPCA. Desta forma, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou o montante de R\$ 28.114, em contrapartida da receita líquida das atividades de ajuste a valor presente, considerando a taxa média de desconto de 13,38% a.a..

Em 31 de dezembro de 2015, a provisão para o risco de crédito de FIES representa o montante de R\$ 15.254 (R\$ 12.360 em 31 de dezembro de 2014) registrado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "Outros" e foi apurado conforme as premissas descritas abaixo:

- (i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% do faturamento com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência.
- (ii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada a partir de abril de 2012, foi constituída provisão sobre os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) considerando os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.
- (iii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada até março de 2012, foi constituída provisão sobre os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) considerando os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%.
- (b) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de negociação de mensalidades em atraso.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o grupo não obteve resultado em operações de mútuo (R\$ 1 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

6 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Seguros	119	98	982	1.305
IPTU a apropriar				39
Material didático (i)			19.548	17.605
Antecipação de férias e encargos			44.400	41.424
Taxa de Credenciamento - MEC			3.464	3.896
Serviços profissionais		253		253
Patrocínio (Olimpiadas 2016)			1.579	4.286
Cooperação técnico pedagógica Santa Casa			2.334	4.000
Outras despesas antecipadas			1.667	2.155
Total	119	351	73.974	74.963
Ativo circulante	119	351	62.176	66.158
Ativo não circulante			11.798	8.805
	119	351	73.974	74.963

(i) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem para produção de material didático a ser utilizado, no período subsequente. São contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período de utilização, após sua efetiva entrega.

7 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	o 2015	2014
IRRF	9.135	11.011	19.841	16.466
IRPJ/CSLL (i)	20.920	4.898	72.327	18.081
PIS	6	6	395	29.143
COFINS	25	25	1.698	1.425
ISS	77	77	30.553	22.471
INSS			6.317	7.658
FGTS			408	454
IOF	106	106	115	115
OUTROS				148
	30.269	16.123	131.654	95.961
Ativo circulante	27.425	12.463	99.027	70.624
Ativo não circulante	2.844	3.660	32.627	25.337
	30.269	16.123	131.654	95.961

(i) A variação na rubrica explica-se basicamente pelo aumento na base negativa de IRPJ e pelo aumento nas antecipações de IRPJ e CSLL devido à mudança de critério no cálculo do incentivo fiscal (POEB).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Investimentos em controladas

	Controladora	
	2015	2014
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	1.289.597	878.511
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	1.010.120	748.571
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	18.312	17.317
Estácio Editora ("EDITORA")	(30)	(30)
União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB")	50.792	34.742
	<u>2.368.791</u>	<u>1.679.111</u>

As informações das controladas estão representadas a seguir:

2015								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Lucro (prejuízo) do exercício
Seses	100%	461.077	1.528.498	334.901	1.193.597	96.000		222.217
Irep	100%	370.774	1.248.447	365.840	882.608	65.070	62.442	317.746
Nova Academia de Concurso	100%	9.855	6.245	3.051	3.194	1.100	14.018	(254)
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	250	31	66	(35)		5	
Uniseb Operacional	100%	22.337	77.949	26.427	51.522	1.500	(2.230)	24.763
Total - 31 de dezembro de 2015		<u>2.861.170</u>	<u>730.285</u>	<u>2.130.886</u>	<u>163.670</u>	<u>76.465</u>	<u>(2.230)</u>	<u>564.472</u>
2014								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Lucro (prejuízo) do exercício
Seses	100%	391.077	1.068.197	189.686	878.511			178.720
Irep	100%	319.559	1.051.308	411.144	640.164	45.965	62.442	238.652
Nova Academia de Concurso	100%	8.155	5.862	4.113	1.749	1.550	14.018	(513)
Estácio Editora e Distribuidora	100%	250	42	77	(35)		5	(7)
Uniseb Operacional	100%	22.337	52.014	15.042	36.972		(2.230)	15.570
Total - 31 de dezembro de 2014		<u>2.177.423</u>	<u>620.062</u>	<u>1.557.361</u>	<u>47.515</u>	<u>76.465</u>	<u>(2.230)</u>	<u>432.422</u>

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2013	1.127.596
Equivalência patrimonial	432.422
Aumento de capital	130.640
Adiantamento para futuro aumento de capital	47.516
Dividendos propostos (i)	(101.091)
Opções outorgadas e incentivos de longo prazo	22.856
Aquisição de controlada	<u>19.172</u>
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2014	<u>1.679.111</u>
Equivalência patrimonial	564.472
Adiantamento para futuro aumento de capital	239.070
Dividendos propostos (i)	(136.730)
Opções outorgadas e incentivos de longo prazo	22.868
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2015	<u>2.368.791</u>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a controlada IREP apresentou proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 101.091.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as controladas IREP e UNISEB apresentaram proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 136.730.

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de dezembro de 2015.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo as informações dos investimentos das controladoras diretas:

Controlada Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP"):

	2015	2014
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	486.437	304.135
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	15.107	16.470
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	36.402	31.407
	537.946	352.012

As informações das controladas estão representadas a seguir:

Participação no patrimônio líquido nas empresas investidas em 31 de dezembro de 2015:

	Participação	Quantidade de quotas	Total de Ativos	Total de Passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	Lucro (prejuízo) do exercício
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100%	22.977	673.965	265.513	408.452	62.482	15.503	109.190
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	100%	11.408	9.174	4.033	5.141	1.890	8.076	(2.713)
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100%	9.160	24.722	3.299	21.423	0	14.979	4.995
			707.861	272.845	435.016	64.372	38.558	111.472

Participação no patrimônio líquido nas empresas investidas em 31 de dezembro de 2014:

	Participação	Quantidade de quotas	Total de Ativos	Total de Passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	Lucro (prejuízo) do exercício
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100%	18.817	418.851	161.184	257.667	30.965	15.503	56.745
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	100%	11.408	9.732	1.878	7.854	540	8.076	(299)
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100%	8.638	18.239	2.333	15.906	522	14.979	5.541
			446.822	165.395	281.427	32.027	38.558	61.987

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controladora direta Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP") em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2013	162.456
Equivalencia Patrimonial	61.987
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.965
Aumento de capital	96.604
Agio	
Opções Outorgadas	
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2014	352.012
Equivalencia Patrimonial	111.472
Adiantamento para futuro aumento de capital	74.462
Aumento de capital	
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2015	537.946

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controlada Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL"):

	2015	2014
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUL")	2.891	2.080
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	1.711	1.533
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	28.914	18.660
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	8.158	4.859
Unisãoluis Educacional S.A. ("UNISÃO LUIS")	83.874	25.308
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	16.174	7.011
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")	2.267	1.786
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")	51.306	28.218
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicef Ltda. ("LITERATUS")	18.518	13.008
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")	12.062	392
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")	3.409	
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")	-1.402	
	227.882	102.855

As informações das controladas estão representadas a seguir:

Participação no patrimônio líquido nas empresas investidas em 31 de dezembro de 2015:

	Participação	Quantidade de quotas	Total de Ativos	Total de Passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucro (prejuízo) do exercício
UNIUL	100%	3.066	2.504	3.233	(729)	3.620	(1.509)
IDEZ	100%	3.744	2.954	2.143	811	900	(322)
SEAMA	100%	3.232	32.259	3.345	28.914		10.254
FARGS	100%	4.280	9.820	2.262	7.558	600	2.698
SÃO LUIS	100%	220	92.203	11.904	80.299	3.575	58.565
Facitec	100%	6.051	19.561	3.387	16.174		9.164
Assesc	100%	2.500	3.396	1.129	2.267		481
IESAM	100%	2.400	69.583	29.997	39.586	11.720	23.088
LITERATUS	100%	29.251	39.033	24.490	14.543	3.975	(1.694)
CEUT	100%	2.408	15.306	17.614	(2.308)	14.370	7.940
FNC	100%	9.880	11.142	18.781	(7.639)	11.048	1.124
FCAT	100%	100	4.973	10.117	(5.144)	3.742	480
			302.734	128.402	174.332	53.550	110.269

Participação no patrimônio líquido nas empresas investidas em 31 de dezembro de 2014:

	Participação	Quantidade de quotas	Total de Ativos	Total de Passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucro (prejuízo) do exercício
UNIUL	100%	3.066	2.469	2.189	280	1.800	(1.096)
IDEZ	100%	3.744	2.564	1.431	1.133	400	(305)
SEAMA	100%	3.232	21.564	2.904	18.660	0	8.022
FARGS	100%	4.280	6.007	1.148	4.859	0	2.229
SÃO LUIS	100%	220	47.028	25.295	21.733	3.575	36.477
Facitec	100%	6.051	9.492	2.481	7.011	0	4.133
Assesc	100%	2.500	2.630	844	1.786		705
IESAM	100%	2.400	45.605	29.107	16.498	11.720	4.802
LITERATUS	100%	7.815	31.830	37.029	-5.199	18.207	2.169
CEUT	100%	80.266	4.606	14.854	-10.248	10.640	138
			173.795	117.282	56.513	46.342	57.274

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controladora direta Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL") em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2013	30.174
Equivalência Patrimonial	57.274
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.966
Dividendos	(22.500)
Aquisição de Controlada	(5.948)
Agio na aquisição	(111)
	102.855
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2014	102.855
Equivalência Patrimonial	110.269
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.144
Aquisição de Controlada	(14.386)
	227.882
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2015	227.882

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível

Intangível - Controladora

		2013		2014	
		Custo	Adições	Ajuste PPA (i)	Custo
Custo					
Ágio em aquisições de investimentos			772.054		772.054
Direito de uso de software		28	71		99
Fundo de comércio		818	91.023		91.841
		846	863.148		863.994
	Taxas de amortização	Amortização	Adições	Ajuste PPA(i)	Amortização
Amortização					
Direito de uso de software	20% a.a.	(8)	(12)		(20)
Fundo de comércio	20 a 50% a.a.	(437)	(10.032)		(10.469)
		(445)	(10.044)		(10.489)
Saldo residual líquido		401	853.104		853.505
		2014		2015	
		Custo	Adições	Ajuste PPA (i)	Custo
Custo					
Ágio em aquisições de investimentos		772.054		8.011	780.065
Direito de uso de software		99	25		124
Projeto Integração			32		32
Fundo de comércio		91.841		(12.137)	79.704
		863.994	57	(4.126)	859.925
	Taxas de amortização	Amortização	Adições	Ajuste PPA (i)	Amortização
Amortização					
Direito de uso de software	20% a.a.	(20)	(20)		(40)
Fundo de comércio	20 a 50% a.a.	(10.469)	(19.962)		(30.431)
		(10.489)	(19.982)		(30.471)
Saldo residual líquido		853.505	(19.925)	(4.126)	829.454

(i) Movimentação referente a ajustes na alocação do preço pago (PPA - *Purchase Price Allocation*) na aquisição da UNISEB dentro do período de mensuração de um ano. A diferença ajustou o saldo de diferido passivo correspondente a mais valia de ativos identificados.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Intangível – Consolidado

		2013					2014	
		Custo	Adições por aquisições de empresas	Adições	Ajuste PPA (i)	Baixas	Transf.	Custo
Custo								
Ágio em aquisições de investimentos		236.959		851.939		(524)		1.088.374
Direito de uso de software		90.353	2.198	45.843		(18)	59	138.435
EAD e Integração		15.303		1.466				16.769
CSC		1.940						1.940
Central de Ensino		54.154		6.949				61.103
Central de Relacionamento		2.348						2.348
Hemisférios		1.346						1.346
Arquitetura de TI		12.197		3.654				15.851
Conteúdo de disciplinas on line		5.770		614				6.384
Fábrica de conhecimento EAD		10.813		6.118				16.931
Fundo de Comércio		26.429		126.663				153.092
Outros		5.378	3	6.443				11.824
		462.990	2.201	1.049.689		(542)	59	1.514.397
Taxas de amortização		Amortização	Adições por aquisições de empresas	Adições	Ajuste PPA (i)	Baixas	Transf.	Amortização
Amortização								
Ágio em aquisições de investimentos		Indefinida (6.924)						(6.924)
Direito de uso de software		20% a.a. (50.162)	(1.131)	(20.392)			(59)	(71.744)
EAD e Integração		20% a.a. (11.851)		(1.233)				(13.084)
CSC		20% a.a. (1.791)		(149)				(1.940)
Central de Ensino		5% a.a. (8.420)		(2398)				(10.818)
Central de Relacionamento		20% a.a. (1.409)		(469)				(1.878)
Hemisférios		20% a.a. (803)		(269)				(1.072)
Conteúdo de disciplinas on line		5% a.a. (1.010)		(1.158)				(2.168)
Fábrica de conhecimento EAD		5% a.a. (317)		(625)				(942)
Fundo de Comércio		20 a 50% a.a. (10.797)		(17.194)				(27.991)
Outros		20% a.a. (205)		(203)				(408)
		(93.689)	(1.131)	(44.090)			(59)	(138.969)
Saldo residual líquido		369.301	1.070	1.005.599		(542)		1.375.428
		2014					2015	
		Custo	Adições por aquisições de empresas	Adições	Ajuste PPA (i)	Baixas	Transf.	Custo
Custo								
Ágio em aquisições de investimentos		1.088.374		94.598	7.704			1.190.676
Direito de uso de software		138.435	39	48.728			2.134	189.336
EAD e Integração		16.769		1.090				17.859
CSC		1.940						1.940
Central de Ensino		61.103		5.404				66.507
Central de Relacionamento		2.348						2.348
Hemisférios		1.346						1.346
Arquitetura de TI		15.851		3.719			1.523	21.093
Conteúdo de disciplinas on line		6.384		824				7.208
Fábrica de conhecimento EAD		16.931		5.442				22.373
Fundo de Comércio		153.092		28.824	(11.672)			170.244
Outros		11.824		8.704		(3)	(1.523)	19.002
		1.514.397	39	197.333	(3.968)	(3)	2.134	1.709.932
Taxas de amortização		Amortização	Adições por aquisições de empresas	Adições	Ajuste PPA (i)	Baixas	Transf.	Amortização
Amortização								
Ágio em aquisições de investimentos		Indefinida (6.924)						(6.924)
Direito de uso de software		20% a.a. (71.744)	(21)	(35.206)			(1.381)	(108.352)
EAD e Integração		20% a.a. (13.084)		(1.150)				(14.234)
CSC		20% a.a. (1.940)						(1.940)
Central de Ensino		5% a.a. (10.818)		(2.745)				(13.563)
Central de Relacionamento		20% a.a. (1.878)		(469)				(2.347)
Hemisférios		20% a.a. (1.072)		(269)				(1.341)
Arquitetura de TI		17% a 20% a.a.		(2.896)				(2.896)
Conteúdo de disciplinas on line		5% a.a. (2.168)		(1.282)				(3.450)
Fábrica de conhecimento EAD		5% a.a. (942)		(913)				(1.855)
Fundo de Comércio		20 a 50% a.a. (27.991)		(33.434)				(61.425)
Outros		20% a.a. (408)		(2.519)				(2.927)
		(138.969)	(21)	(80.883)			(1.381)	(221.254)
Saldo residual líquido		1.375.428	18	116.450	(3.968)	(3)	753	1.488.678

(i) Movimentação referente a ajustes na alocação do preço pago (PPA - *Purchase Price Allocation*) na aquisição da UNISEB e LITERATUS, dentro do período de mensuração de um ano. A diferença ajustou o saldo de diferido passivo correspondente a mais valia de ativos identificados.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ágio em aquisições de investimentos líquido de amortização acumulada				
IREP			89.090	89.090
ATUAL			15.503	15.503
Seama			18.035	18.035
Idez			2.047	2.047
Uniuol			956	956
Fargs			8.055	8.055
São Luís			27.369	27.369
Facitec			26.654	26.654
Assesc			4.723	4.723
Iesam			26.797	26.797
Literatus			26.214	25.521
Ceut			27.568	27.568
FNC (Nota 2.3)			72.046	
FCAT (Nota 2.3)			21.552	
FAL			8.076	8.076
FATERN			14.979	14.979
Nova Academia			14.018	14.018
Estácio Editora			5	5
Uniseb	9.371	9.371	9.371	9.371
Uniseb Holding	770.694	762.683	770.694	762.683
	<u>780.065</u>	<u>772.054</u>	<u>1.183.752</u>	<u>1.081.450</u>

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2015, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 5,0% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 15,0% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Especificamente quanto ao ágio pago na aquisição da Uniseb, as principais premissas utilizadas nas projeções de resultado, são:

- . Aumento médio da base de alunos de 8%;
- . Valor da mensalidade corrigido pela inflação do período;
- . Taxa de crescimento do fluxo de caixa na perpetuidade de 5,0%;
- . Taxa de desconto nominal de 13,5%;
- . Projeção de resultados futuros para o período de 10 anos.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

Imobilizado - Controladora

		2013		2014	
		Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo					
Computadores e periféricos		10.090		(1.015)	9.075
Instalações			33		33
		<u>10.090</u>	<u>33</u>	<u>(1.015)</u>	<u>9.108</u>
		Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Depreciação					
Computadores e periféricos	25% a.a.	(7.734)	(1.114)	2	(8.846)
		<u>(7.734)</u>	<u>(1.114)</u>	<u>2</u>	<u>(8.846)</u>
Saldo residual líquido		<u>2.356</u>	<u>(1.081)</u>	<u>(1.013)</u>	<u>262</u>
		2014		2015	
		Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo					
Computadores e periféricos		9.075			9.075
Instalações		33			33
		<u>9.108</u>			<u>9.108</u>
		Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Depreciação					
Computadores e periféricos	25% a.a.	(8.846)	(169)		(9.015)
Instalações	8,3% a.a.		(3)		(3)
		<u>(8.846)</u>	<u>(172)</u>		<u>(9.018)</u>
Saldo residual líquido		<u>262</u>	<u>(172)</u>		<u>90</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado - Consolidado

		<u>2013</u>				<u>2014</u>	
		<u>Custo</u>	<u>Adições por aquisições de empresas</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Custo</u>
Custo							
Terrenos		19.480			(107)		19.373
Edificações		89.993	36.224	1.045	(450)	(14.563)	112.249
Benfeitorias em imóveis de terceiros		131.673	23.575	17.955		37.692	210.895
Móveis e utensílios		62.766	9.048	7.372	(316)		78.870
Computadores e periféricos		93.131	19.203	10.139	(2.060)		120.413
Máquinas e equipamentos		73.535	10.884	12.503	(565)		96.357
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares		32.147	1.615	7.748	(85)		41.425
Biblioteca		96.448	15.357	15.096	(18)		126.883
Instalações		17.516	1.786	7.857	(24)		27.135
Tablets		32.126	62	13.273	(2)		45.459
Construções em andamento		11.131		22.935	(2.678)	(23.617)	7.771
Desmobilização		11.650			(12)		11.638
Outros		10.020	525	1.879	(53)		12.371
Total		681.616	118.279	117.802	(6.370)	(488)	910.839

		<u>2013</u>				<u>2014</u>	
	<u>Taxas anuais de depreciação %</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Adições por aquisições de empresas</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>
Depreciação							
Terrenos							-
Edificações	1,67	(39.204)	(6.647)	(1.986)	67	493	(47.277)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11	(79.860)	(2.120)	(15.495)		(5)	(97.480)
Móveis e utensílios	8,33	(33.498)	(3.919)	(4.555)	170		(41.802)
Computadores e periféricos	25,00	(69.383)	(12.649)	(14.419)	1.585		(94.866)
Máquinas e equipamentos	8,33	(46.694)	(4.150)	(10.844)	1.094		(60.594)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67	(12.772)	(1.569)	(1.833)	41		(16.133)
Biblioteca	5,00	(39.679)	(6.375)	(4.708)			(50.762)
Instalações	8,33	(6.098)	(1.632)	(1.710)			(9.440)
Tablets	20,00	(3.918)	(38)	(6.403)	2		(10.357)
Construções em andamento							-
Desmobilização		(9.990)		(415)	114		(10.291)
Outros	14,44	(4.906)	(398)	(842)	20		(6.126)
Total		(346.002)	(39.497)	(63.210)	3.093	488	(445.128)

Saldo residual líquido		335.614	78.782	54.592	(3.277)	-	465.711
-------------------------------	--	----------------	---------------	---------------	----------------	----------	----------------

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		2014					2015	
		Custo	Adições por aquisições de empresas	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificações.	Custo
Custo								
Terrenos		19.373						19.373
Edificações		112.249		821		21.940		135.010
Benfeitorias em imóveis de terceiros		210.895		9.356		(3.142)		217.109
Móveis e utensílios		78.870	2.073	16.463	(363)	1	(2)	97.042
Computadores e periféricos		120.413	2.002	35.057	(720)		26	156.778
Máquinas e equipamentos		96.357	1.199	8.586	(4.838)	(1)		101.303
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares		41.425		6.972	(196)			48.201
Biblioteca		126.883	3.472	8.042				138.397
Instalações		27.135	183	14.709	(2)			42.025
Tablets		45.459		1.631	(71)			47.019
Construções em andamento		7.771		42.602		(18.798)		31.575
Desmobilização		11.638			(11)			11.627
Outros		12.371	127	1.102	(57)		(1.427)	12.116
Total		910.839	9.056	145.341	(6.258)		(1.403)	1.057.575
		2014						2015
	Taxas anuais de depreciação %	Depreciação	Adições por aquisições de empresas	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificações	Depreciação
Depreciação								
Terrenos								
Edificações	1,67	(47.277)		(2.300)		(217)		(49.794)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11	(97.480)		(21.623)		217		(118.886)
Móveis e utensílios	8,33	(41.802)	(545)	(9.178)	(21)			(51.546)
Computadores e periféricos	25,00	(94.866)	(1.546)	(13.996)	1.034		(2)	(109.376)
Máquinas e equipamentos	8,33	(60.594)	(242)	(13.320)	8.027			(66.129)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67	(16.133)		(2.453)	70			(18.516)
Biblioteca	5,00	(50.762)	(1.468)	(7.125)	4			(59.351)
Instalações	8,33	(9.440)	(39)	(2.856)	4			(12.331)
Tablets	20,00	(10.357)		(8.721)	347			(18.731)
Construções em andamento		-		-				
Desmobilização		(10.291)		(256)	(3)			(10.550)
Outros	14,44	(6.126)	(105)	(891)	25		652	(6.445)
Total		(445.128)	(3.945)	(82.719)	9.487		650	(521.655)
Saldo residual líquido		465.711	5.111	62.622	3.229		(753)	535.920

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na Nota 11, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia e suas controladas não concederam outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Máquinas e equipamentos de informática incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

		2014		2015	
		Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo					
Arrendamentos financeiros					
Capitalizados		58.626	38.809	(5.965)	91.470
		58.626	38.809	(5.965)	91.470
Taxa de depreciação		Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Depreciação					
Arrendamentos financeiros					
Capitalizados	25% a.a.	(44.288)	(13.586)	5.965	(51.909)
		(44.288)	(13.586)	5.965	(51.909)
Saldo contábil líquido		14.338	25.223		39.561

O Grupo arrenda diversas máquinas e equipamentos, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três a quatro anos e a propriedade dos ativos é do Grupo. Todos os arrendamentos do Grupo são reconhecidos pelo valor presente líquido da operação.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de dezembro de 2015 de 2014 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Em moeda nacional					
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a			6.902	8.751
Contratos de arrendamento mercantil Assist	INPC a.a			468	191
Contratos de arrendamento mercantil CIT	8% a.a			202	647
Contratos de arrendamento mercantil Total Service	IGPI-DI/FGV a.a			64	11
Contratos de arrendamento mercantil Springer	IGPM + 1% a.a			42	72
Contratos de arrendamento mercantil Santander	15,2% a.a				11
Contratos de arrendamento mercantil Santander	12,23% a.a				8
Contratos de arrendamento mercantil Bayde	IGPI-DI/FGV a.a			3.101	
Contratos de arrendamento mercantil Bradesco	1,14% a.m.			105	
Contratos de arrendamento mercantil Brasif	IGPM/FG a.a			51	
Leasing IBM	CDI Over a.d + 2% a.m			25.355	
Arrend. Carimã	IGPI-DI/FGV a.a			109	
Empréstimo IFC	CDI + 1,53% a.a	50.064	59.179	50.064	59.179
Gastos IFC		(1.859)	(2.189)	(1.859)	(2.189)
Primeira Emissão de Debêntures	CDI + 1,50% a.a	202.941	202.460	202.941	202.460
Segunda Emissão de Debêntures	CDI+ 1,18% a.a	309.223	307.675	309.223	307.675
Terceira Emissão de Debêntures	CDI + 112% a.a	194.168		194.168	
Gastos Emissão de Debêntures		(1.933)	(2.499)	(1.933)	(2.499)
Banco Itaú			34		34
Empréstimo - FNE BNB	3% a.a			1.345	2.241
Empréstimo – Banco da Amazônia	9,5% a.a			10.737	12.634
Empréstimo – Banco CEF	14,39%				(77)
Empréstimo – Banco Itaú	29,44%				24
Empréstimo – Banco Itaú linha 4131	USD+1,46 a.a	242.761		242.761	
Empréstimo – FINEP	6% a.a	3.053		3.053	
Empréstimo Itaú S/A - Giro Parcelado	0,82%a.m			1.200	
Empréstimo Itaú S/A - Giro Parcelado	0,81% a.m			833	
Empréstimo Itaú S/A - Giro Parcelado	1,19% a.m			716	
		998.418	564.660	1.049.648	589.173
Passivo circulante		271.831	19.833	291.346	28.464
Passivo não circulante		726.587	544.827	758.302	560.709
		998.418	564.660	1.049.648	589.173

Os custos de captação a liquidar somam R\$ 3.792 em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$ 1.859 dos empréstimos com o IFC (R\$ 397 do 1º empréstimo e R\$ 1.462 do 2º empréstimo) e R\$ 1.933 das debêntures.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
2016		8.385		12.956
2017	255.413	68.385	259.742	71.751
2018	228.852	228.385	232.274	229.974
2019	228.843	228.385	248.925	229.974
2020	9.300	8.866	11.023	10.455
2021	2.854	2.421	4.577	4.010
2022	430		866	1.589
2023	430		430	
2024	430		430	
2025	35		35	
Passivo não circulante	<u>726.587</u>	<u>544.827</u>	<u>758.302</u>	<u>560.709</u>

Os recursos captados por meio das emissões estão sendo utilizados para reforço de caixa da Companhia e para fazer frente à política de expansão e investimentos.

Os valores dos empréstimos do Grupo são predominantemente em reais, sendo apenas um deles em dólares norte- americanos.

No exercício de 2015, a Companhia contratou um empréstimo em dólares norte-americanos junto ao Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch no valor de US\$ 61,2 milhões, equivalente à época a R\$ 200,0 milhões.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao longo do terceiro trimestre de 2015, a Companhia concluiu sua terceira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária no valor de R\$ 187.000 ao custo de 112% do CDI.

(a) Contratos de arrendamento mercantil

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avaliadas pelos sócios e os próprios bens arrendados, no valor de R\$ 91.470.

(b) Empréstimo IFC

Em garantia dos empréstimos captados junto ao IFC foram oferecidos recebíveis das unidades da IREP e SESES em contas vinculadas, não havendo penhora de bens, fianças ou aplicações financeiras caucionadas, ficando estabelecido um fluxo mensal mínimo nestas contas de R\$ 33.000. Em 02 de junho de 2014 a empresa negociou junto ao IFC a centralização dos recebíveis dos dois contratos apenas nos fluxos das unidades da SESES, mantendo o mesmo fluxo mínimo de R\$33.000, liberando assim os recebíveis da IREP para futuras operações.

Esses empréstimos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente. O prazo de vencimento das garantias são em 12 de novembro de 2020 e 10 de setembro de 2021.

(c) Debêntures – Primeira Emissão

Assim como os contratos de empréstimos com o IFC, as debêntures também possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. Em 20 de maio de 2014, foi realizada a 2ª Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), que deliberou pela aprovação da repactuação da presente emissão.

Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,50% ao ano e o seu vencimento (principal) ocorrerá em 25 de novembro de 2019, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura. Os juros são pagos semestralmente (maio e novembro). O valor justo da parte dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo (CDI) de 14,14% (2014 - 12,91%).

No exercício de 2015, a taxa efetiva de juros das debêntures anual é de 14,9%.

Abaixo o fluxo futuro de pagamentos não descontados das debêntures:

	2015
2018	100.000
2019	100.000
	<hr/>
	200.000

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Debêntures – Segunda Emissão

Assim como a primeira emissão, a segunda emissão de debêntures também possui cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. Em 15 de setembro de 2014 foi realizada a Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovou a 2ª emissão das Debêntures.

Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,18% ao ano e o seu vencimento (principal) ocorrerá em 15 de outubro de 2019, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura. Os juros são pagos semestralmente (abril e outubro).

O valor justo da parte dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo (CDI) de 14,14% (2014 - 12,91%).

No exercício de 2015, a taxa efetiva de juros das debêntures II anual é de 14,5%.

Abaixo o fluxo futuro de pagamentos não descontados das debêntures:

	2015
2015	19.332
2017	60.000
2018	120.000
2019	120.000
	319.332

Debêntures – Terceira Emissão

Assim como na primeira e segunda emissão, a terceira emissão de debêntures também possui cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. Em 20 de agosto de 2015 foi realizada a Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovou a 3ª emissão das Debêntures.

Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 112% do CDI e o seu vencimento (principal) ocorrerá em 25 de setembro de 2017, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura. Os juros são pagos semestralmente (março e setembro).

O valor justo da parte dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo (CDI) de 14,14% (2014 - 12,91%).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício de 2015, a taxa efetiva de juros das debêntures III anual é de 16,0%.

Abaixo o fluxo futuro de pagamentos não descontados das debêntures:

	2015
2017	187.000
	187.000

12 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Salários e encargos sociais a pagar	250	199	87.154	94.736
Provisão de férias			35.498	26.878
	250	199	122.652	121.614

13 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ISS a recolher	5	4	14.996	15.908
IRRF a recolher	49	56	16.051	13.466
PIS e COFINS a recolher	240	40	4.319	1.598
IOF			384	384
INSS				290
	294	100	35.750	31.646
IRPJ a recolher		1.465	32.440	6.401
CSLL a recolher	1	546	11.905	2.459
	1	2.011	44.345	8.860
	295	2.111	80.095	40.506

14 Parcelamentos de tributos

	Consolidado	
	2015	2014
IRPJ	3.824	6.461
CSLL	253	1.543
FGTS	1.497	1.307
ISS	373	1.341
PIS	1.869	493
COFINS	487	1.553
INSS	8.402	6.596
IPTU	114	59
OUTROS	2.807	
	19.626	19.353
Passivo circulante	2.254	3.590
Passivo não circulante	17.372	15.763
	19.626	19.353

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela SELIC.

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos são apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2015	2014
2015		1.217
2016	1.275	1.331
2017	3.000	1.331
2018 a 2027	13.097	11.884
	17.372	15.763

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Preço de aquisição a pagar

	Consolidado	
	2015	2014
FAL	309	557
FATERN	590	1.082
UNIUL	182	327
FACITEC	7.770	10.912
SÃO LUIS	16.150	14.252
ASDESC		644
IESAM	16.459	17.190
LITERATUS	6.395	6.424
CEUT	7.277	8.311
FNC	38.663	
FCAT	9.286	
	103.081	59.699
Passivo circulante	41.980	20.486
Passivo não circulante	61.101	39.213
	103.081	59.699

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários referente à aquisição das empresas relacionadas, sendo corrigido mensalmente por um dos seguintes índices: SELIC, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou variação do CDI.

A tabela a seguir analisa o preço por aquisição a pagar do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Consolidado	
	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015		
FAL	309	
FATERN	590	
UNIUL	182	
FACITEC	2.510	5.260
SÃO LUIS	8.693	7.457
IESAM	2.270	14.189
LITERATUS	1.368	5.027
CEUT	2.760	4.517
FNC	17.990	20.673
FCAT	5.308	3.978
	41.980	61.101

16 Contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado			
	2015		2014	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
Cíveis	1.075	13.615	1.762	24.311
Trabalhistas	24.147	83.692	25.121	79.572
Tributárias	52	11.605		17.058
	25.274	108.912	26.883	120.941

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014		25.121	1.762	26.883
Adições	66	22.525	1.261	23.852
Reversões	(14)	(11.218)	(1.436)	(12.668)
Baixas		(12.281)	(512)	(12.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>52</u>	<u>24.147</u>	<u>1.075</u>	<u>25.274</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a despesa com provisão para contingências reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Composição resultado		
Adições	23.852	22.173
Reversões	(12.668)	(4.354)
Saldo de empresas adquiridas	(41)	(2.416)
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	<u>11.143</u>	<u>15.403</u>

(a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

<u>Objetos</u>	<u>Em milhares de reais</u>
Indenização danos morais	757
Cobrança indevida	182
Impedimento de matrícula/rematrícula	23
Problemas com disciplina	15
Devolução de taxas	14
Demora expedição de diploma	12
Outros*	72
	<u>1.075</u>

(*) Tratam-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, Ações Cíveis Públicas, Ações Renovatórias/Revisionais e demais indenizatórias.

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores.

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

<u>Objetos</u>	<u>Valores</u>
Diferenças salariais + Redução de carga horária + Multa CCT + FGTS + Aviso	5.213
Multas (ART. 467 CLT, ART. 477 CLT E CCT/ACT)	3.841
Horas extras + Supressão Inter + Intra	3.385
Dano Moral/Material/Assédio Moral	2.655
Retificação CTPS + Rescisão indireta + Reconhecimento vínculo	1.463
Férias	1.371
Adicionais (insalubridade/noturno/aprimoramento/ tempo de serviço/periculosidade)	912
Desvio de função e equiparação	824
Outros*	4.483
	<u>24.147</u>

(*) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Tributárias

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, em razão da inexistência de processos classificados com risco de perda provável, a Administração entendeu ser desnecessária a manutenção de qualquer provisão para tais ações.

Objetos	Valores
Multa alegada por descumprimento de obrigação acessória	52
	<u>52</u>

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais. De acordo com nossa avaliação de risco e nos critérios de provisionamento adotados pela Companhia, existem contingências para as quais não há provisões constituídas, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
Tributárias	506.178	384.539
Cíveis	136.623	101.765
Trabalhistas	23.629	33.597
	<u>666.430</u>	<u>519.901</u>

Dentre as principais ações não provisionadas nas informações financeiras, podemos destacar:

- (i) Em 2011, foram lavrados 02 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de janeiro de 2006 a janeiro de 2007 e descumprimento de obrigações acessórias. As respectivas impugnações foram apresentadas perante a Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. Em agosto de 2012, a foi proferida decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às impugnações da Companhia, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de janeiro a julho de 2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Foram interpostos recursos administrativos, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido, sem considerar os efeitos da decadência, é de R\$ 216.115. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível;
- (ii) Em 2009, foi interposta Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. Em 7 de agosto de 2012 o TRF julgou favoravelmente a apelação da Companhia. Sendo assim, de acordo com a referida decisão, o início da fruição se dá a partir da data da Assembleia de

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acionistas que alterou a natureza jurídica da SESES e não a data da publicação da Lei do PROUNI. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso interposto pela Fazenda Nacional. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é de possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 14.533;

- (iii) Em razão da divergência de entendimento acerca do previsto no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), conforme mencionado no item (ii) acima, foram distribuídas Execuções Fiscais pela Fazenda Nacional visando à cobrança judicial de débitos referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias. Foram apresentados os respectivos embargos a essas execuções, os quais se encontram pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 97.267. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

17 Adiantamentos de convênio

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre as controladas da Companhia e o Unibanco (Atual "Itaú") com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/ preferência ao Itaú na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Itaú, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Itaú pagou as empresas controladas uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Itaú, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Itaú pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 6.255 (R\$ 9.141 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$ 2.887 classificado no passivo circulante consolidado, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações. Em 31 de dezembro de 2015 o capital social é representado por 316.684.999 ações ordinárias.

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, é como segue:

Acionistas	Ações ordinárias			
	2015	%	2014	%
Administradores e Conselheiros	39.887.769	12,6	24.755.424	7,9
Tesouraria	8.896.878	2,8	2.351.800	0,7
Outros (*)	267.900.352	84,6	288.322.660	91,4
	<u>316.684.999</u>	<u>100,0</u>	<u>315.429.884</u>	<u>100,0</u>

(*) Free float.

Na Assembleia de 22 de abril de 2014 foi aprovada a emissão privada de 2.182.342 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 17.365, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na reunião de conselho de administração realizada em 7 de agosto de 2014 foi aprovada a emissão privada de 182.269 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 1.726, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

Na reunião de conselho de administração realizada em 30 de abril de 2015 foi aprovada a emissão privada de 1.216.788 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 11.415, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

Na reunião de conselho de administração realizada em 05 de agosto de 2015 foi aprovada a emissão privada de 38.327 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 421, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

(b) Movimentação das ações do capital

Em 31 de dezembro de 2014	315.429.884
Emissão de ações ordinárias, para atender ao exercício das opções outorgadas	
- Ata do Conselho de Administração 30 de abril de 2015	1.216.788
Emissão de ações ordinárias, para atender ao exercício das opções outorgadas	
- Ata do Conselho de Administração 05 de agosto de 2015	38.327
Em 31 de dezembro de 2015	<u>316.684.999</u>

(c) Ações em tesouraria

Em reunião do conselho de administração realizada em 08 de dezembro de 2014, foi aprovada a criação do 3º programa de recompra de ações, em bolsa de valores, de até 6.308.598 ações ordinárias equivalente a 2,00% do capital social. Este programa, por sua vez, foi encerrado em 03 de fevereiro de 2015 com a Companhia recomprando a totalidade de ações aprovadas no programa.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 6 de agosto de 2015, foi aprovado, o 4º Programa de Recompra de ações, em bolsa de valores, de até 9.500.550 ações ordinárias equivalente a 3,00% do capital social.

	Quantidade	Custo médio	Saldo
Ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2015	8.896.878	15,47	137.603

(d) Reservas de capital

(d.1) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor do ágio na subscrição de ações nas demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, é composto da seguinte forma:

	Controladora	
	2015	2014
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (i)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
Ágio na subscrição de ações	498.899	498.899
	595.464	595.464

(i) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial

O ágio com a emissão de ações está representado da seguinte forma:

	2015
Subscrição de 17.853.127 ações	(23.305)
Valor pago pelas 17.853.127 ações	522.204
Ágio na emissão de ações	498.899

(d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 19.150 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 20.378 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014), conforme mencionado na Nota 19(b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*), até a data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(d.3) Incentivo de longo prazo

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para incentivos de longo prazo (Nota 21 (c)) no valor de R\$ 3.718 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2.478 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

(e) Reservas de lucros

(e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2015, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 290.000 a reserva de retenção de lucros (2014 - R\$ 303.273), objetivando a realização dos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, preparado por sua Administração a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 27 de abril de 2016.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.3) Excesso de reserva de lucros

De acordo com o artigo 199 da lei das sociedades por ações, o somatório das reservas de lucro não poderá ser superior ao montante do capital social da Companhia. Dessa forma, na assembléia geral a ser realizada em 27 de abril de 2016 a administração proporá o Aumento de capital de R\$ 55.330.

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Controladora	
	2015	2014
Lucro líquido do exercício da controladora	484.674	425.645
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(24.234)	(21.282)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	460.440	404.363
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	115.110	101.090
Quantidade de ações em 31 de dezembro	316.684.999	315.429.884
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	(8.896.878)	(2.351.800)
Dividendo por ação em circulação - em reais	0,37399	0,32289

19 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado, tendo em vista que estão sujeitos a carência máxima de 90 dias.

(b) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) Contas a receber

São classificados como recebíveis e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam ao valor de mercado.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Embora a operação com derivativo tenha o propósito de proteger a Companhia da oscilação oriunda de sua exposição ao risco cambial, decidiu-se por não adotar a metodologia de contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Desta forma, a operação de swap que em 31 de dezembro de 2015 apresentava saldo bruto a receber no valor de R\$ 24.820, teve a variação do seu valor justo contabilizadas no resultado.

							Valor de Mercado (R\$ M)		
Contratos de swap	Principal Contratado (USD)	Principal Contratado	Estácio Recebe	Estácio Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Ativo	Passivo	Resultado Bruto
Banco Itaú S.A.	61.218	200.000	USD + 1,95% a.a.	CDI + 0,12% a.a.	19/mar/15	14/mar/16	246.201	221.381	24.820

(e) Demais instrumentos

Financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento e Derivativos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito AA a AAA de acordo com as agência de crédito *Standard & Poor's*, *Fitch* ou *Moody's*.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES e PRAVALER, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

O resultado do Grupo é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, em função dos seus ativos e passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco cambial concentra-se no empréstimo em dólar norte-americano, que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 com variação negativa de 1,7% em comparação ao exercício anterior.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Com a contratação do empréstimo junto ao banco Itaú e a emissão de debêntures no ano de 2015, houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2015 em relação a 31 de dezembro de 2014.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	59.237			
Empréstimos	350.687	368.257	558.589	7.350
Obrigações com arrendamento financeiro	15.565	864	19.970	
Preço de aquisição a pagar	42.161	31.289	40.586	
Parte Relacionada	4.295			
Em 31 de dezembro de 2014				
Fornecedores	49.806			
Empréstimos	79.010	78.371	664.846	13.442
Obrigações com arrendamento financeiro	6.054		3.547	
Preço de aquisição a pagar	20.318	3.387	42.129	
Parte Relacionada	4.209			

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a variação do dólar norte-americano.

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos em reais, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor justo desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registradas a valor justo, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na taxa CDI publicada oficialmente pela CETIP em 31 de dezembro de 2015 (14,14% a.a.), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para cada cenário foram calculadas as "receita financeira bruta e as despesas financeiras", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2015, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário elevação do CDI				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras R\$ 645.350	CDI	14,14% 91.252	17,68% 114.066	21,21% 136.879
Debêntures I R\$ 202.941	CDI+1,50	15,85% (32.170)	19,44% (39.452)	23,03% (46.734)
Debêntures II R\$ 309.223	CDI+1,18	15,49% (47.889)	19,06% (58.949)	22,64% (70.009)
Debêntures III R\$ 194.168	112% CDI	15,97% (31.000)	20,00% (38.824)	24,04% (46.676)
IFC I R\$ 33.026	CDI+1,53	15,89% (5.247)	19,48% (6.432)	23,06% (7.617)
IFC II R\$ 17.038	CDI+1,69	16,07% (2.738)	19,66% (3.350)	23,26% (3.963)
Linha 4131 R\$ 242.761	CDI+0,12	14,28% (34.659)	17,82% (43.251)	21,36% (51.843)
Posição Líquida		(62.451)	(76.192)	(89.963)

Cenário queda do CDI				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras R\$ 645.350	CDI	14,14% 91.252	10,61% 68.439	7,07% 45.626
Debêntures I R\$ 202.941	CDI+1,50	15,85% (32.170)	12,26% (24.889)	8,68% (17.607)
Debêntures II R\$ 309.223	CDI+1,18	15,49% (47.889)	11,91% (36.829)	8,33% (25.769)
Debêntures III R\$ 194.168	112% CDI	15,97% (31.000)	11,95% (23.204)	7,95% (15.439)
IFC I R\$ 33.026	CDI+1,53	15,89% (5.247)	12,30% (4.061)	8,71% (2.876)
IFC II R\$ 17.038	CDI+1,69	16,07% (2.738)	12,47% (2.125)	8,88% (1.513)
Linha 4131 R\$ 242.761	CDI+0,12	14,28% (34.659)	10,74% (26.067)	7,20% (17.475)
Posição Líquida		(62.451)	(48.736)	(35.053)

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio.

A análise de sensibilidade relacionada ao risco cambial refere-se à posição em 31 de dezembro de 2015, e busca simular de que forma um stress na taxa de câmbio poderia afetar a Companhia.

Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco. Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio do final de 2015 divulgada no último Relatório Focus - BACEN anterior ao fechamento do período. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo representa a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques na taxa de câmbio. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada da ponta passiva com intuito de deixar o efeito do derivativo mais evidente.

Operações	Risco	Cenário elevação dólar		
		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Swap - Ponta Ativa 246.201	Taxa de câmbio	3,90% 246.201	4,88% 307.751	5,86% 369.301
Dívida em USD 242.761	Taxa de câmbio	3,90% 242.761	4,88% 303.451	5,86% 364.142
Posição Líquida		3.440	4.300	5.159

(f) Gestão de capital

A dívida da Companhia para relação do capital ao final do período é apresentada a seguir em dados consolidados:

	Consolidado	
	2015	2014
Total do passivo	1.679.491	1.121.326
(-) Caixa e equivalente de caixa	(48.410)	(48.011)
Dívida líquida	1.631.081	1.073.315
Patrimônio líquido	2.680.592	2.392.860
Dívida líquida sobre patrimônio	0,61	0,45

(g) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados como empréstimos e recebíveis ou outros passivos financeiros, com exceção dos títulos e valores mobiliários (Nota 3) classificados como títulos para negociação (Nível 2).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

(h) Compensação de instrumentos financeiros

Não há ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a compensações contratuais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

20 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas	
	2015	2014
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	80.000
Incêndio de bens do imobilizado	57.486	53.876
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Despesa fixa	5.000	5.000
Equipamentos eletrônicos	5.000	200
Vida em grupo	454.397	419.570
Demais ramos	31.810	2.720

21 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 16.900 e R\$ 15.025, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 21(b).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").

O Volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o preço de exercício das opções será de R\$ 16,50 (dezesesseis reais e cinquenta centavos) por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, eventualmente pago pela Companhia, a partir da data de celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o preço de exercício das opções será de R\$ 19,00 (dezenove reais) equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no preço de exercício.

Em 20 de dezembro de 2010 com o encerramento do 2º Programa foi aprovada a criação do 3º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

A partir de 2013 a Companhia passou a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém a Companhia não modificará as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de Black and Scholes.

Em 1º de março de 2013 com o encerramento do 4º Programa foi aprovada a criação do 5º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 40,00 (quarenta reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 1 de março de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 21 de maio de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações de emissão da Companhia na razão de 1 em 3 ações da mesma classe e espécie. Em 31 de dezembro de 2014 o capital está dividido em 315.429.884 ações ordinárias nominativas.

Em 02 de outubro de 2013 com o encerramento do 5º Programa foi aprovada criação do 6º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,67 (quinze reais e sessenta e sete centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de outubro de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 14 de outubro de 2014 com o encerramento do 6º Programa foi aprovada criação do 7º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 14 de outubro de 2014, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 02 de outubro de 2015 com o encerramento do 7º Programa foi aprovada criação do 8º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 13,15 (Treze reais e Quinze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 02 de outubro de 2015, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 31 de Dezembro de 2015 o número de opções outorgadas que foram exercidas foi de 9.305.555 ações (R\$ 69.071), sendo o total de ações outorgadas de 18.142.233 ações (R\$ 179.115).

O total de opções outorgadas que foram exercidas nos últimos trimestres é como segue:

	Ações Exercidas
31 de dezembro de 2013	5.709.056
31 de março de 2014	5.709.056
30 de junho de 2014	7.680.511
30 de setembro de 2014	7.660.975
31 de dezembro de 2014	7.660.975
31 de março de 2015	7.660.975
30 de junho de 2015	9.267.228
30 de setembro de 2015	9.305.555
31 de dezembro de 2015	9.305.555

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de *Black-Scholes* são descritas a seguir:

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base*	Expectativa de Volatilidade Anual	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 1P jul/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 2,36	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.668	509.100
Programa 1P jul/08	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 3,15	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	538.176
Programa 1P jul/08	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,69	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,37	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,71	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08 Cons.	15/04/2009	11/07/2018	R\$ 2,35	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	9	60.000	30.000
Programa 1P jul/08 Cons.	15/04/2010	11/07/2018	R\$ 3,14	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	8	60.000	30.000
Programa 1P set/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 0,47	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.645	0
Programa 1P set/08	15/04/2010	15/02/2020	R\$ 1,12	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	9	663.633	399.999
Programa 1P set/08	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,55	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P set/08	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 1,78	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P set/08	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,08	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P jan/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 0,57	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.915	18.180
Programa 1P jan/09	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,21	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2012	15/04/2022	R\$ 1,62	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2013	15/04/2023	R\$ 1,92	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2014	15/04/2024	R\$ 2,11	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09 Cons.	15/04/2010	13/01/2019	R\$ 0,57	R\$ 7,91	63,99%	1,72%	6,83%	8	1.363.635	0
Programa 1P jan/09 Cons.	15/04/2011	13/01/2019	R\$ 1,21	R\$ 7,91	63,99%	1,72%	6,83%	7	1.363.635	0
Programa 1P set/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 1,78	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.582	0
Programa 1P set/09	15/04/2011	15/02/2021	R\$ 2,51	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	9	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,00	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,40	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,62	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	101.814
Programa 1P jan/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,96	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.112	10.914
Programa 1P jan/10	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,78	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	38.181
Programa 1P jan/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,48	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	38.181
Programa 1P jan/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,76	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	52.728
Programa 1P jan/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,03	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	52.728
Programa 1P mar/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,43	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,23	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,77	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,18	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,43	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 2P mai/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	0
Programa 2P mai/10	15/04/2012	15/04/2015	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	3	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P jul/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,37	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.702	39.063
Programa 2P jul/10	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,19	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	39.063
Programa 2P jul/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,72	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	48.438
Programa 2P jul/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,12	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	48.438
Programa 2P jul/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,36	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	60.936
Programa 2P nov/10 Cons.	15/04/2011	03/11/2020	R\$ 2,48	R\$ 8,56	57,60%	1,52%	5,88%	9	30.000	0
Programa 2P nov/10 Cons.	14/04/2012	03/11/2020	R\$ 3,34	R\$ 8,56	57,60%	1,52%	5,88%	8	30.000	0
Programa 3P jan/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 1,99	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.861	10.170
Programa 3P jan/11	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,02	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	35.592
Programa 3P jan/11	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,72	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	51.072
Programa 3P jan/11	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,25	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	51.072
Programa 3P jan/11	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,60	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	51.072
Programa 3P jan/11 Cons.	15/04/2012	03/01/2021	R\$ 2,00	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	8	30.000	0
Programa 3P jan/11 Cons.	14/04/2013	03/01/2021	R\$ 3,03	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	7	30.000	0
Programa 3P abr/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 1,29	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.324	12.717
Programa 3P abr/11	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,27	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	38.133
Programa 3P abr/11	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,92	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	61.011
Programa 3P abr/11	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,42	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	61.011
Programa 3P abr/11	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 3,74	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	80.079
Programa 4P abr/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 1,12	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	27.000
Programa 4P abr/12	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 1,81	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	42.000
Programa 4P abr/12	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 2,26	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	42.000
Programa 4P abr/12	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 2,60	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	60.000
Programa 4P abr/12	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 2,82	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	60.000
Programa 4P abr/12 Cons.	15/04/2013	02/04/2022	R\$ 1,09	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	8	180.000	0
Programa 4P abr/12 Cons.	14/04/2014	02/04/2022	R\$ 1,78	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	7	180.000	0
Programa 4P jul/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,23	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	0
Programa 4P jul/12	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,96	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	0
Programa 4P jul/12	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,46	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	9.000
Programa 4P jul/12	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 3,86	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	9.000
Programa 4P jul/12	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 4,12	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	9.000
Programa 4P ago/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,64	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	0
Programa 4P ago/12	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,37	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P ago/12	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,88	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P ago/12	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,29	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P ago/12	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 4,55	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P nov/12	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 6,31	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	0
Programa 4P nov/12	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 6,88	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	0
Programa 4P nov/12	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 7,36	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	15.000
Programa 4P nov/12	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 7,79	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	15.000
Programa 4P nov/12	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,08	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	15.000

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Binomial, são descritas a seguir:

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base*	Expectativa de Volatilidade Anual	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 4P jan/13	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 8,23	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 4P jan/13	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 8,35	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 4P jan/13	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 8,48	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 4P jan/13	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 8,62	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 4P jan/13	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,75	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 5P 3	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 6,37	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	0
Programa 5P 3	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 7,02	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	21.000
Programa 5P 3	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 7,60	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	102.000
Programa 5P 3	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 8,11	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	102.000
Programa 5P 3	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,58	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	102.000
Programa 6P out/13	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 5,05	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	0
Programa 6P out/13	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 5,79	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	5.000
Programa 6P out/13	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 6,40	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	15.000
Programa 6P out/13	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,94	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	15.000
Programa 6P out/13	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 7,43	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	15.000
Programa 6P Jul/14	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 15,13	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	0
Programa 6P Jul/14	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 15,76	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	0
Programa 6P Jul/14	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 16,41	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	0
Programa 6P Jul/14	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 17,05	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	0
Programa 6P Jul/14	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 17,65	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	0
Programa 6P Jul/14 Cons.	15/04/2015	04/07/2024	R\$ 15,09	R\$ 16,79	28,80%	0,00%	11,99%	9	162.500	0
Programa 6P Jul/14 Cons.	15/04/2016	04/07/2024	R\$ 15,69	R\$ 16,79	28,80%	0,00%	11,99%	8	162.500	0
Programa 6P Ago/14	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 14,48	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	0
Programa 6P Ago/14	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 15,10	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago/14	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 15,74	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago/14	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 16,38	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago/14	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 16,98	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago/14 Cons.	15/04/2015	01/08/2024	R\$ 14,43	R\$ 16,88	28,80%	0,00%	11,99%	9	50.000	0
Programa 6P Ago/14 Cons.	15/04/2016	01/08/2024	R\$ 15,02	R\$ 16,88	28,80%	0,00%	11,99%	8	50.000	0
Programa 7P Out/14	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 8,58	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	16.000
Programa 7P Out/14	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 9,71	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	37.000
Programa 7P Out/14	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 10,64	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	37.000
Programa 7P Out/14	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 11,47	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	37.000
Programa 7P Out/14	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 12,24	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	37.000
Programa 8P Out/15	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 5,45	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	0
Programa 8P Out/15	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,42	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	0
Programa 8P Out/15	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 7,20	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	0
Programa 8P Out/15	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 7,88	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	0
Programa 8P Out/15	15/04/2020	15/04/2030	R\$ 8,47	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	0

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2015 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, de R\$ 19.150 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 20.378 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Diretoria estatutária

	2015		2014	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	8,28	501.961	7,00	570.141
Concedidas	14,37	870.171	7,24	514.881
Exercidas	8,92	450.472	7,06	583.061
	13,73	921.660	8,28	501.961

Conselho de administração

	2015		2014	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	6,76	30.630	22,07	30.000
Concedidas	17,91	212.500	5,71	725.454
Exercidas	16,66	55.000	6,57	724.824
	8,01	188.130	6,76	30.630

(c) Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo

O Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP", aprovado na RCA de 28 de Janeiro de 2014 e ratificado pela AGO/E de 30 de Abril de 2014, foi criado com o intuito de aperfeiçoar as práticas de Governança Corporativa da Estácio, bem como fortalecer os incentivos para a permanência e estabilidade de longo prazo dos Diretores Estatutários, dentro do contexto de uma Companhia Aberta com controle acionário pulverizado.

O Programa tem como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependerá do valor de mercado de suas ações, podendo ser liquidado em dinheiro ou em ações, sendo decisão da entidade a forma de liquidação. Atualmente a Estácio estima liquidar através das ações mantidas em tesouraria. Em 05 de fevereiro de 2015, a companhia recebeu deferimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do ofício CVM/SEP/GEA-2/Nº034/2014, sobre consulta protocolada em 25 de agosto de 2014, na qual solicitou autorização para utilização de ações em tesouraria no programa de remuneração de longo prazo (ILP).

A remuneração, no âmbito do presente Programa, será paga em 4 (quatro) parcelas anuais, com vencimentos em 30 de abril de 2015, 30 de abril de 2016, 30 de abril de 2017 e 30 de abril de 2018, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações (sendo tal quantidade denominada "Ações de Referência") pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá cada pagamento. O somatório da quantidade de Ações de Referência a serem concedidas a todos os beneficiários conjuntamente considerados será de 994.080.

Cabe ressaltar que o pagamento de cada parcela anual de remuneração devida nos termos do Programa está condicionado à deliberação e aprovação pelos acionistas da Estácio, reunidos em assembleia geral ordinária no respectivo exercício social, como parte integrante da remuneração global fixada para a administração da Estácio.

Adicionalmente, a critério exclusivo do Conselho de Administração, uma ou mais parcelas de remuneração previstas, podem ser pagas mediante a entrega de ações que a Companhia mantenha em tesouraria, desde que em estrita conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 17 de Abril de 2015, foi realizado o pagamento do programa de Incentivo de Longo Prazo, de 236.520 ações (R\$ 3.784), liquidado com ações mantidas em tesouraria.

O valor da provisão do programa em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 2.412 (R\$ 2.478 em 31 de dezembro de 2014).

22 Resultado por ação

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação.

(a) Resultado por ação básico

	2015	2014
Numerador		
Lucro líquido do exercício	484.674	425.645
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	316.262.173	305.748.765
Lucro líquido por ação básico	0,00153	0,00139

(b) Resultado por ação diluído

	2015	2014
Numerador		
Lucro líquido do exercício	484.674	425.645
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	316.262.173	305.748.765
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	983.000	889.000
Média ponderada ajustada de ações em circulação	317.245.173	306.637.765
Lucro líquido por ação diluído	0,00153	0,00138

23 Receita líquida de serviços prestados

	2015	2014
Receita bruta das atividades	4.330.906	3.415.980
Deduções da receita bruta	(1.391.484)	(1.011.516)
Gratuidades - bolsas de estudo	(1.135.746)	(827.990)
Devolução de mensalidades e taxas	(13.631)	(24.728)
Descontos concedidos	(16.000)	(4.146)
Impostos	(121.416)	(100.670)
Ajuste a valor presente - FIES (nota 4)	(28.114)	
FGEDUC	(71.215)	(53.982)
Outros	(5.362)	
Total	2.939.422	2.404.464

24 Custos dos serviços prestados

	2015	2014
Pessoal e encargos sociais	(1.212.185)	(998.168)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(47.562)	(31.200)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(217.902)	(176.549)
Correios e Malotes	(4.152)	(6.219)
Depreciação e amortização	(83.017)	(71.377)
Material didático	(43.697)	(54.238)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(51.993)	(38.088)
Custos dos serviços prestados	(1.660.508)	(1.375.839)

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas comerciais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(124.796)	(99.411)
Publicidade			(171.955)	(102.024)
Vendas e marketing			(35.688)	(33.026)
Outras			(2.895)	(3.862)
			(335.334)	(238.323)
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal e encargos sociais	(3.194)	(2.313)	(141.832)	(168.681)
Serviços de terceiros	(4.076)	(3.463)	(76.454)	(64.181)
Material de consumo		(3)	(3.522)	(2.321)
Manutenção e reparos	(60)	(66)	(34.778)	(28.107)
Depreciação e amortização (i)	(21.063)	(11.799)	(81.494)	(36.564)
Convênios educacionais	(504)	(278)	(8.415)	(7.906)
Viagens e estadias	(206)	(196)	(9.376)	(10.690)
Eventos institucionais (ii)	(5)	(107)	(36.329)	(11.217)
Provisão para contingências	-	(9)	(11.143)	(15.403)
Cópias e encadernações			(6.534)	(4.343)
Seguros	(3.809)	(2.559)	(5.315)	(4.798)
Material de limpeza	-	-	(2.825)	(2.323)
Condução e transporte	(10)	(2)	(4.167)	(2.774)
Aluguel de veículo			(2.463)	(2.391)
Outras	(1.808)	(1.001)	(23.537)	(22.174)
	(34.744)	(21.796)	(448.184)	(383.873)

(i) Inclui a amortização de custos de captação no valor de R\$ 909. O aumento na rubrica explica-se basicamente pela alocação do fundo de comércio proveniente do ágio nas aquisições ocorridas em 2014, conforme informações divulgadas na Nota 2.3 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(ii) Essa variação explica-se basicamente pelos gastos com o patrocínio para as olimpíadas Rio 2016.

26 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas com convênios	1.635	1.675	2.800	2.884
Receitas de aluguéis			10.544	12.978
Intermediação de negócios			1.080	1.106
Receita web aula			1.419	1.556
Outras receitas (despesas) operacionais		(1)	4.656	(310)
	1.635	1.674	20.499	18.214

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras				
Multas e juros recebidos por atraso			17.590	13.327
Atualização contas a receber FIES			18.734	
Rendimentos de aplicações financeiras	49.206	50.699	81.005	68.899
Variação monetária ativa	3.287	694	14.192	23.089
Variação cambial ativa	28.657	168	28.664	178
Ganho com instrumento derivativo - SWAP	59.367		59.367	
Outras	(1.348)		(3.425)	3.735
	139.169	51.561	216.127	109.228
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(769)	(1.425)	(11.622)	(10.042)
Juros e encargos financeiros	(89.982)	(39.660)	(103.096)	(55.013)
Descontos financeiros (i)			(14.510)	(27.446)
Variação monetária passiva			(12.834)	(6.519)
Perda com instrumento derivativo - SWAP	(34.547)		(34.547)	
Variação cambial passiva	(67.588)	(122)	(67.592)	(134)
Outras	(28)	(40)	(3.586)	(1.811)
	(192.914)	(41.247)	(247.787)	(100.965)

(i) Corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	477.618	422.614	484.235	432.906
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(162.390)	(143.689)	(164.640)	(147.188)
Ágio Incorporadas			1.812	1.359
Depreciação			1.353	
Arrendamento/Leasing			(361)	(349)
Ajuste a Valor Presente			(9.559)	
Equivalência patrimonial	191.920	147.023		
Amortização de Ágio	(6.787)	(3.411)	(11.368)	(5.846)
Despesas não dedutíveis (a)	(380)	(421)	(2.065)	(3.657)
Opções Outorgadas/Provisão ILP Funcionários			(7.775)	(11.873)
Prejuízo fiscal não constituído	(22.363)	149	(24.631)	149
Despesas com desmobilização			(607)	(2.357)
Provisão para contingências			561	1.331
PCLD (b)			(2.280)	
Mensalidades a cancelar e faturar			3.344	(2.128)
Provisão de risco Fies			(984)	(1.313)
Outras		25	481	2.059
Benefícios Fiscais	-	(324)	(216.719)	(169.813)
Incentivo Fiscal – PROUNI			174.467	145.812
Incentivo Fiscal – Lei Rouanet			2.238	
Imposto de renda e contribuição Social correntes no resultado do exercício	<u>-</u>	<u>(324)</u>	<u>(40.014)</u>	<u>(24.001)</u>

(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(b) Valor de PCLD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a mais de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(324)	(40.014)	(24.001)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.732	3.355	31.626	16.740
Imposto de renda e contribuição social períodos anteriores	<u>324</u>	<u></u>	<u>8.827</u>	<u></u>
	<u>7.056</u>	<u>3.031</u>	<u>439</u>	<u>(7.261)</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 10.615. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ajuste a valor presente			9.559	
Provisão para contingências			8.579	10.976
PCLD			2.280	
Mensalidade a faturar			(555)	
Mensalidades a cancelar			1.615	4.398
Provisão para desmobilização			3.586	3.526
Fundo de comércio	(16.734)	(27.593)	(36.314)	(39.191)
Provisão Risco Fies			5.187	1.259
Opções Outorgadas Reconhecidas			24.177	8.704
Atualização de Desmobilização			1.676	323
Ágio Incorporadas			(10.069)	(7.621)
Prejuízo fiscal			894	2.584
Outros Ativos				(138)
	<u>(16.734)</u>	<u>(27.593)</u>	<u>10.615</u>	<u>(15.180)</u>
Ativo			46.693	31.168
Passivo	<u>(16.734)</u>	<u>(27.593)</u>	<u>(36.078)</u>	<u>(46.348)</u>
	<u>(16.734)</u>	<u>(27.593)</u>	<u>10.615</u>	<u>(15.180)</u>

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizadas em 31 de dezembro de 2015 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2015 a controlada IREP possui Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos no montante de R\$ 9.060 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 37.788 (R\$ 13.188 em 31 de dezembro de 2014) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

29 Outras informações

- (a) Contas a compensar - Sistema FIES, no ativo circulante, referem-se a valores disponíveis do programa de Financiamento Estudantil para posterior compensação com tributos federais ou, em caso de opção, realização em caixa.
- (b) Mensalidades recebidas antecipadamente, no passivo circulante, referem-se a valores recebidos antecipadamente de alunos em troca de descontos. São apropriados no resultado mediante a prestação do serviço ao aluno pela Companhia.
- (c) Provisão para desmobilização de ativos, no passivo não circulante, são gastos a serem incorridos com a desmobilização de unidades de ensino alugadas para recuperá-las ou colocá-las nas suas características originais, anteriores ao início do aluguel. Esse montante é calculado por engenheiros e levam em consideração os termos dos contratos de aluguel.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Eventos subsequentes

Em 03 de fevereiro de 2016 o Grupo, na condição de associada da Associação Brasileira para o Desenvolvimento Do Ensino Superior (“ABRAES”), anuiu à celebração com a União Federal (“União”); a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (“SESU”), na condição de representante do Ministério da Educação (“MEC”) e o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (“FNDE”) de um Termo de Acordo Judicial (“Termo de Acordo”) na Ação Ordinária n. 19275-27.2015.4.01.3400 (“Ação Judicial”), em trâmite na 22ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Conforme Termo de Acordo, as IES associadas da ABRAES receberão os créditos do FIES não quitados pelo FNDE durante o ano de 2015 nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, sendo 25% do saldo em 2016; 25% em 2017 e 50% em 2018. A quitação dar-se-á até Junho de cada ano e as parcelas serão corrigidas pela variação do IPCA desde a data de seu respectivo vencimento no ano de 2015 até o efetivo pagamento.

Além da obrigação financeira de quitar o saldo junto às associadas da ABRAES, a União e o FNDE se comprometeram a, doravante, cumprir a obrigação legal de emitir mensal e integralmente os Certificados, bem como a repassar e recomprar, nos termos da lei, dentro de cada respectivo exercício social, a totalidade dos Certificados do FIES, além de cumprir a obrigação legal de adotar critérios isonômicos de emissão e de recompra dos Certificados junto às Instituições, independentemente do número de matrículas de alunos no FIES (Instituições grandes ou pequenas), garantindo, com isso, tratamento financeiro isonômico entre todas as Instituições participante do FIES.

Em 10 de março de 2016, a Estácio informa em fato relevante, ao mercado e ao público em geral que, adquiriu nesta data, através de sua controlada indireta SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZÔNIA LTDA. (“ATUAL”), a totalidade das quotas da SOCIEDADE EMPRESARIAL DE ESTUDOS SUPERIORES E TECNOLÓGICOS SANT’ANA LTDA., sociedade limitada, com sede no município de Feira de Santana, Estado da Bahia, mantenedora da FACULDADES UNIDAS FEIRA DE SANTANA - UNISANTANA (“FUFs”).

O valor do investimento na FUFs foi de R\$9.500.000 (nove milhões e quinhentos mil reais), pago da seguinte forma: (i) R\$600.000 (seiscentos mil reais) através de assunção de dívidas; (ii) R\$5.200.000 (cinco milhões e duzentos mil reais) em recursos financeiros, pagos à vista; (iii) R\$700.000 (setecentos mil reais) pagos em 90 dias; (iv) R\$1.000.000 (um milhão de reais) em 48 meses; e (v) R\$2.000.000 (dois milhões de reais) em 60 meses. As parcelas futuras serão corrigidas pelo IPCA e a transação não inclui a compra de imóveis.

Fundada em 2012, a FUFs possui aproximadamente 1.500 alunos, 2.760 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 5 cursos superiores em fase de maturação. Em 2011, foi avaliada pelo MEC, que emitiu um Conceito Institucional (CI) 3, numa escala de 1 a 5. Localizada em Feira de Santana, 2º maior município do estado, possui cerca de 36 municípios em sua área de influência, que em conjunto totalizam aproximadamente 1,3 milhão de habitantes.

A aquisição visa ampliar a capilaridade da Estácio no ensino superior no Estado da Bahia, agregando um portfólio de cursos na área de saúde, especificamente os cursos de Enfermagem, Biomedicina, Fisioterapia, Nutrição e Radiologia, portfólio este, identificado como sendo de alta demanda pelo mercado de trabalho na região. Por fim, a operação na cidade permitirá a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala.

* * *